



HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLA

Carina Alexandra Rondini Marretto¹
Fernando Silva Teixeira Filho²
Julina Cristina Bessa³

A escola é um dos locais de socialização secundária mais relevantes da contemporaneidade. Ela tem, como função primordial, inserir os sujeitos nos universos de valores culturais mais amplos e, como tal, ela é (re)produtora de ideologias, normas e regras referentes ao que se considera o bem comum na vida em sociedade. Deste modo, tem como objetivos formar cidadãos(ãs) (CAVALEIRO, 2009) éticos e conscientes de seus Direitos e deveres.

Desde o advento da aids e, mais especificamente, a partir da década de 90, a escola tem sido convidada a colaborar com a prevenção às DST/HIV-Aids, obrigando-se, portanto, a abordar o tema das sexualidades para além do ensino sobre os aspectos biológicos da mesma, a bem dizer, para além de seus aspectos reprodutivos, ou de um higienismo ingênuo que acredita ser apenas necessário a recomendação aos alunos sobre o uso do preservativo como forma de prevenção às DSTs e gravidez na adolescência.

Assim, uma série de novos paradigmas, teses, métodos, procedimentos e princípios vêm sendo construídos ao longo das últimas décadas para dar forma e corpo ao trabalho, que bem podemos nomear aqui de Educação Sexual. Trata-se de um campo de problematizações que se tensiona entre levar em consideração valores conservadores da família, religião e da sociedade em geral, os quais, muitas vezes, estão em conflito com as premissas governamentais liberais vigentes em determinadas épocas (TAVARES, 2006). Assim, abordar temas relacionados às sexualidades torna-se um campo minado, pois, inevitavelmente, a escola deverá compatibilizar aquilo que as políticas públicas acreditam ser a direção possível para a produção de um sujeito livre, crítico e instruído, e aquilo que os professores/as em suas crenças pessoais, e as famílias, em seus agrupamentos ou isoladas, esperam (e cobram da escola) para a educação de seus/suas filhos/as.

É nesse campo de tensão que encontramos um dos temas mais difíceis de serem abordados no espaço escolar, a homofobia. Trata-se de um tema que, necessariamente fará parte da agenda de qualquer projeto de Educação Sexual que se pretenda compromissado com a igualdade de direitos, minimização das desigualdades sociais surgidas a partir da opressão de gênero, raça, classe social,

¹ Professora Assistente Doutora junto ao Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Faculdade de Ciências e Letras – FCL – Unesp/Assis. E-mail: cmarretto@yahoo.com.br

² Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras – FCL – Unesp/Assis. E-mail: fertilli@hotmail.com

³ Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras – FCL – Unesp/Assis.



etnia, e preocupação com o respeito e aceitação das diversidades sexuais e outras. Neste caso, como diz Furlani, é inquestionável a diferença qualitativa dos trabalhos em Educação Sexual que levam em consideração em sua metodologia e conteúdo as abordagens dos “Direitos Humanos”, “Direitos Sexuais” e “Pedagogia Queer”. Sendo que, um de seus maiores benefícios é que “essa Educação Sexual” poderia começar por se apresentar como perturbadora das “verdades” que definem os campos de produção e reprodução de relações desiguais de poder e de legitimação das hierarquias sexuais e de gênero” (Furlani, 2009, p. 320).

Entedemos que a homofobia é um importante dispositivo regulatório, produtor e mantenedor da produção binária dos gêneros, e que, para se manter vigente, apresenta-se como verdade incontestada. Para tal, precisa do apoio de diversos discursos que a naturalizem enquanto verdade.

Uma vez que estamos interessados em promover práticas em Educação Sexual que apoiem-se nas abordagens críticas assinaladas por Furlani (2009), cremos ser necessário verificar a existência dos tipos e níveis de homofobia no contexto escolar para que, então possamos refletir sobre sua gênese e pensarmos em sugestões de desmontagem de seu estatuto de ‘verdade’.

Por homofobia, entendemos o medo, aversão, descrédito e ódio aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GOLIN; WEILER, 1999), de modo a desvalorizá-los por não performarem seus gêneros (BUTLER, 2003), em correspondência com aquilo que é social e culturalmente atribuído para seus corpos biológicos, papéis e/ou comportamentos.

A palavra homofobia aparece pela primeira vez nos anos 60, mas segundo Tin (2003), foi oficialmente empregado pelo psicólogo K. T. Smith em 1971 em seu artigo “*Homophobia: A tentative personality profile*”. Desde então, o termo é empregado para significar um processo específico de violência física, simbólica ou social contra os(as) homossexuais. Como dizem Eribon e Haboury (2003, p. 255): “Juntamente com a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em representar o outro como inferior ou anormal”. Essa homofobia manifesta-se tanto a partir da própria pessoa homossexual em relação a si própria, às outras pessoas homossexuais ou a tudo que fizer referência à homossexualidade em si ou nos outros, como a partir de pessoas não homossexuais em relação à pessoa homossexual ou a tudo aquilo que remeta à homossexualidade (Eribon, 1999).

Daniel Borrillo (Daniel Borrillo. *L’homophobie*. Paris : PUF, 2000) irá dizer, entretanto, que, de um modo geral, a homofobia é uma atitude de hostilidade em relação aos homossexuais (homens e/ou mulheres). Tratando-se também de um sentimento de ódio, repulsa, aversão ou



desprezo à pessoa homossexual ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si mesmo.

Didier Éribon (1999), por sua vez irá dizer que o conceito de homofobia introduz um continuum que vai “da palavra lançada às ruas, que cada gay, cada lésbica ou cada travesti reconhece facilmente como “viado”, “sapatão” ou “travecona”, até as palavras que são implicitamente inscritas nas salas dos cartórios de casamentos: “interditado aos homossexuais” (TIN, 2003, p. X).

Visando a manutenção do estatuto de normalidade e naturalidade da heterossexualidade, a homofobia apresenta-se como um dispositivo de controle da norma sexual vigente que visa afastar todo e qualquer questionamento ou desestabilização da naturalização da norma(lidade) da conduta heterossexual, fundando, assim, bases para a construção do masculino e do feminino (Connell 1997; 1998).

Tal afastamento se dará a partir da opressão em relação a todos aqueles que ousam sentir, experimentar ou dizer de suas orientações e/ou identidades sexuais e de gênero diversas da heteronormatividade, de modo que estas pessoas passam a ser estigmatizadas (Bertrand & Bournova, 2003).

São várias as formas de manifestação da homofobia. Aqui, agregamos suas manifestações em 4 categorias, a saber: 1) homofobia pastoral; 2) institucional; 3) interpessoal; 4) cordial.

Por homofobia *pastorial* entendemos as manifestações contrárias à homossexualidade, à pessoa homossexual ou aquilo que a ela faz referência, que são visíveis na(s): a) cultura e sociedade a partir de normas sociais e culturais que favorecem a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade, por exemplo, com o estabelecimento de privilégios aos heterossexuais; posituação da heterossexualidade nos discursos religiosos e tradições culturais. Em princípio, a explícitação de heterocentrismo na mídia, nos livros etc; b) relações pessoais, apresentando-se a partir de sentimentos (crenças) de que as pessoas homossexuais são anormais, bizarras, doentes; sentimento de medo que provoca, às vezes, reações como violência verbal e/ou física; e c) heterocentrismo presente na pressuposição de que todas as pessoas sejam ou venham a se tornar heterossexuais, e que a heterossexualidade é a única forma de manifestação válida e normal da sexualidade.

De outro lado, a homofobia *institucional* diz respeito à invisibilidade da homossexualidade nas leis, regras ou implementação de normas que discriminem as pessoas não heterossexuais.



Já a homofobia *interpessoal* é aquela manifestada na linguagem, ou seja, a partir de insultos, piadas, chacotas ou uso de vocabulário pejorativo que estigmatiza as pessoas homossexuais.

Por fim a homofobia *cordial* trata da aceitação da pessoa homossexual, porém não da homossexualidade; permite-se o contato com pessoas homossexuais, mas sem que isso implique em laços de intimidade, amizade etc.

A partir dos trabalhos de Riddle⁴, observamos também que há níveis de manifestação da homofobia. Por isso, estabelecemos cinco níveis: 1) Repulsa; 2) Pena/antipatia; 3) Indiferença; 4) Tolerância; 5) Aceitação.

No caso da *repulsa*, observamos que a homossexualidade é vista como “uma ameaça, um pecado ou um crime”. Tudo é justificável para mudar *essas pessoas* (ex: prisão, hospitalização, terapia de conversão). Por sua vez, na *pena/antipatia*, a heterossexualidade é tida como algo sinônimo de maior maturidade e como algo sem dúvida alguma preferível. Qualquer possibilidade de se tornar heterossexual é reforçada e tem-se pena daqueles que aparentemente nasceram “dessa maneira”: “os pobres coitados” que sofrem com sua condição. Já, na *indiferença* a homossexualidade não é vista como ameaça à heterossexualidade, à sociedade em geral etc. No caso da *tolerância* a homossexualidade é vista como uma *fase no desenvolvimento da adolescência* pela qual muitas pessoas passam e “superam”. Logo, a homossexualidade na pessoa adulta é interpretada como uma “regressão” ou “fixação” em fases ulteriores do desenvolvimento. Por fim, na *aceitação* subentende-se que há algo para ser aceito e se caracteriza por declarações do tipo: “Para mim não és um(a) homossexual, és uma pessoa”; “O que fazes na cama só a ti diz respeito”; “Está tudo bem, desde que não faças alarde de sua homossexualidade” (apoio à visibilidade).

Por conta da homofobia, a pessoa homossexual é rotulada, sendo envolta em vários preconceitos. Assim, por ser tratar de discurso, é que podemos afirmar que no ambiente escolar também encontraremos a reprodução da homofobia refletida tanto nas práticas lúdicas quanto nas presentes nos livros didáticos (VIANNA; DINIZ, 2008, p.305).

Louro (2000, p. 41) nos dirá que: “A escola está absolutamente empenhada em garantir que seus meninos e meninas se tornem homens e mulheres verdadeiros o que significa dizer homens e mulheres que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade”. Deste modo, em âmbito escolar, um local de socialização e que tem por objetivo a promoção dos Direitos Humanos e cidadania, infelizmente, ainda encontramos práticas homofóbicas pelas quais os(as)

⁴ Fonte: <http://homofobia.com.sapo.pt/niveis.html> (Dra. Dorothy Riddle)



adolescentes que não se ‘enquadram’ nos padrões heteronormativos são discriminados(as) a partir de piadinhas, brincadeiras, gestos e apelidos que visam o desmérito.

Veremos aqui, exemplos desses discursos homofóbicos sendo reproduzidos por alunos/alunas do Ensino Médio de Escolas Públicas do Interior Paulista.

Metodologia

O estudo transversal foi realizado em 2009, junto a estudantes do ensino médio público em três cidades do Oeste Paulista (Presidente Prudente, Assis e Ourinhos).

Utilizou-se um questionário auto-aplicável, adaptado daquele utilizado em pesquisa realizada em 2001 pelo Centre Gai & Lesbien de Paris em colaboração com pesquisadores do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique), com 131 questões, na sua maioria, fechadas.

Dentre todas as escolas que aceitaram participar do estudo, em cada cidade, fez-se um sorteio aleatório de 50% das classes de primeiro a terceiro ano. Os(as) alunos(as) pertencentes a essas classes foram esclarecidos(as) dos objetivos da pesquisa e convidados(as) a participar da mesma. Aqueles(as) que desejaram contribuir com o trabalho preencheram o questionário, autoaplicado e anônimo, durante o período de uma aula.

Resultados

A amostra foi composta por 2282 adolescentes de ambos os sexos, onde 2159 (95.2%) se definem heterossexuais, sendo 1245 (57.7%) do sexo feminino.

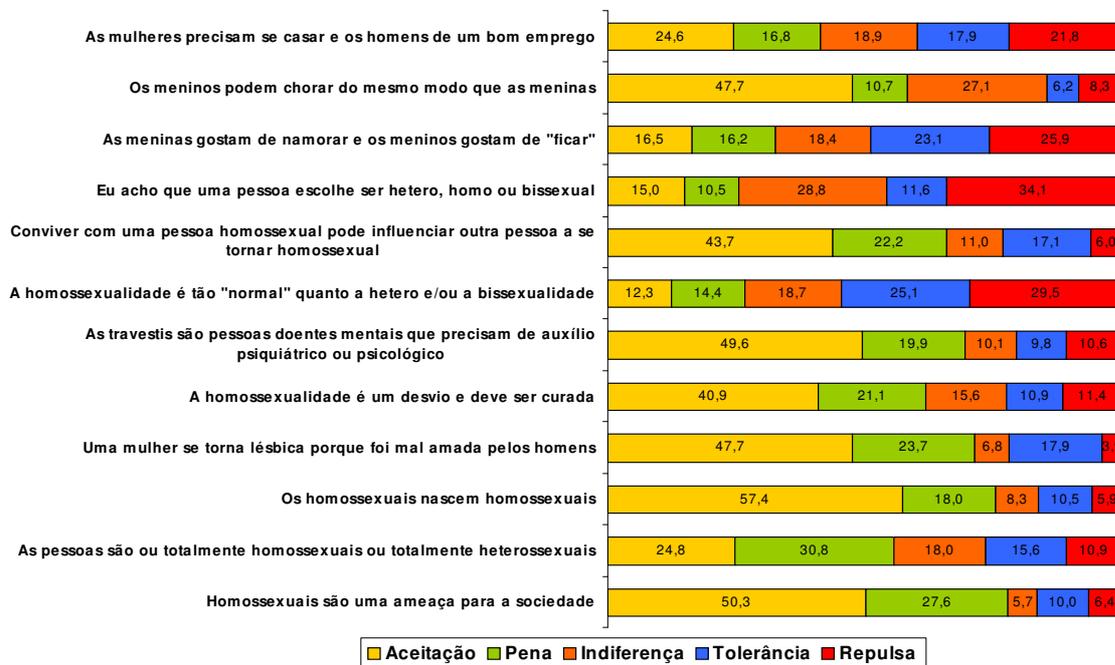
Observou-se que o nível de aceitação às pessoas não-heterossexuais varia conforme o contexto, o gênero e as pessoas envolvidas. Houve homogeneidade em relação à rejeição às pessoas trans (travestis e transexuais) comparativamente às lésbicas e aos gays independentemente da orientação sexual. Igualmente importante foi encontrarmos frequências significativas que apontassem para uma homofobia interiorizada nas pessoas não-heterossexuais, como por exemplo, o fato de 24 (22.9%) ‘não-heterossexuais’ dizerem que jamais beijariam/ficariam com alguém de mesmo sexo biológico ou 18 (17.6%) e 15 (14.4%) dizerem, respectivamente que não gostariam de ter um professor gay ou lésbica. Do mesmo modo, 34 (31.8%) dentre os ‘não-heterossexuais’ sentem medo de serem reconhecidos como tais o que explica também as incidências em torno de 20.0% para a rejeição em relação a terem amigos(as) assumidos(as) gays ou lésbicas.

Na Figura 1, vemos que o machismo referente aos papéis atribuídos ao gênero masculino e feminino está homogeneamente distribuído em algumas crenças, do tipo, “as mulheres precisam se



casar e os homens de um bom emprego” já que praticamente a mesma porcentagem de pessoas que concordam completamente com a afirmação (repulsa) são praticamente as mesmas comparadas àquelas que discordam completamente (aceitação). Porém, encontramos flexibilização no que diz respeito ao que se espera do gênero masculino já que houve grande aceitação (47.7%) quanto à possibilidade dos meninos demonstrarem seus sentimentos, por exemplo, a partir do choro. Entretanto, no que tange à expressão da sexualidade feminina, novamente encontramos dispersão importante já que os níveis de discordância (tolerância e repulsa) quando somados, superam os níveis de aceitação.

Figura 1 – Homofobia pastoral apoiada em valores culturais (em %).

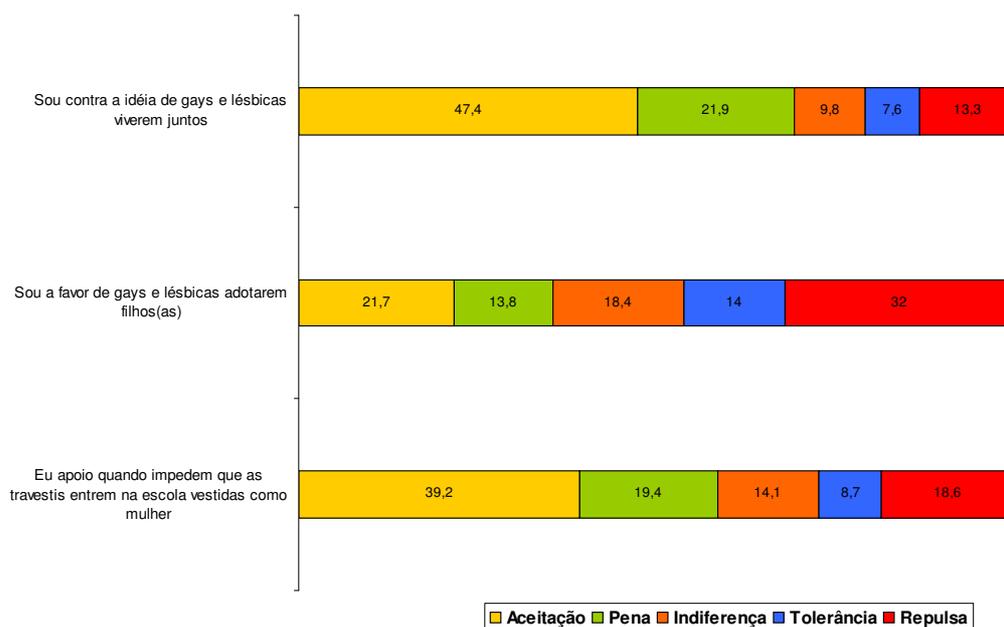


Ainda é forte o nível de homofobia (recusa) em pessoas que crêem ser a homossexualidade uma escolha, 34.1%. A mesma lógica que sustenta esta crença está presente na idéia de que a homossexualidade não é uma manifestação ‘normal’ da sexualidade, 29.5% (Figura 2).

Por fim, ainda que encontremos 50.3% de nível de aceitação no que diz respeito à inserção da pessoa homossexual na sociedade como não ameaçadora, temos que 49.7% apresenta algum nível de homofobia em torno desta questão, que pode estar também associada aos 38% que, em algum nível crêem que a homossexualidade seja um desvio e deva ser curada, e os 30.5% que crêem serem as travestis doentes mentais que precisam de auxílio psiquiátrico e, por fim, os 29.5% que não acham a homossexualidade tão ‘normal’ quanto a hetero ou a bissexualidade.



Figura 2 – Homofobia institucional (em %).

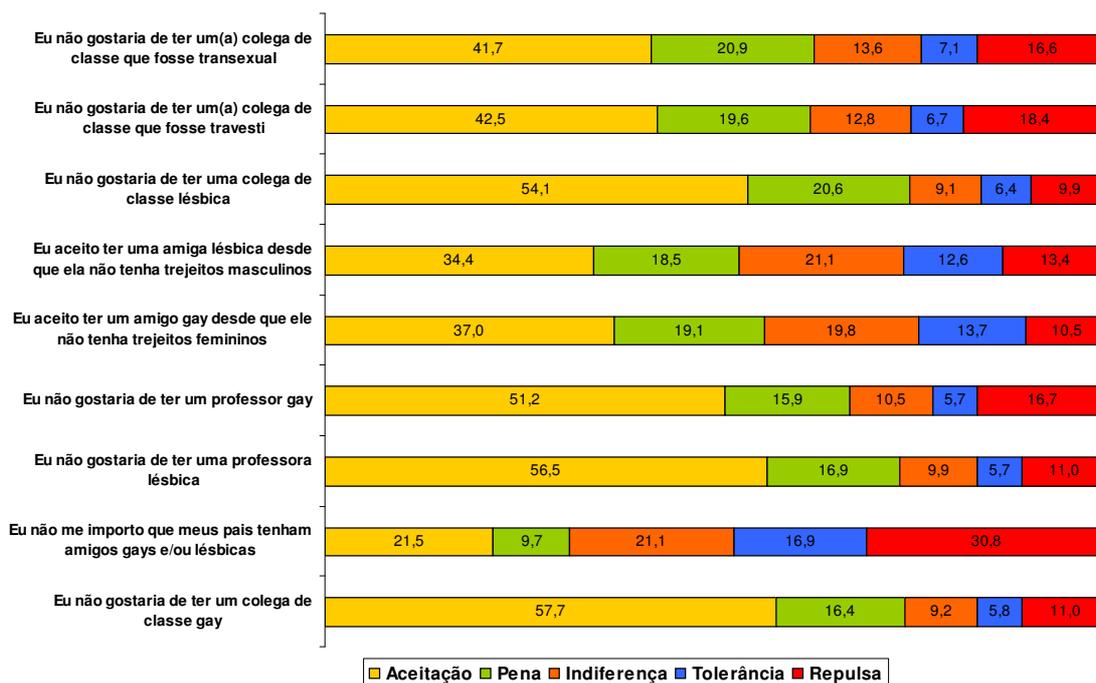


Em relação a homofobia institucional, verificou-se que as opiniões que exprimem níveis de “indiferença” tiveram porcentagens maiores que as opiniões reveladas como “tolerância” (Figura 2). É importante observar que os participantes foram mais homofobicos com relação a “gays e lésbicas adotarem filhos”, 32,0% são contra, comparativamente ao “apoio quando impedem que as travestis entrem na escola vestidas como mulher”, 18,6% contra.

No que tange à homofobia *interpessoal*, verificável na questão que trata de piadas ofensivas contadas na escola em relação às pessoas não-heterossexuais e a orientação sexual dos adolescentes, encontramos que, embora 42 (43,8%) não-heterossexuais apresentaram uma atitude de enfrentamento da homofobia, o restante escolheu alternativas que indicavam reações típicas de quem se sente constrangido, violentado, ou então de quem internalizou e aceitou a homofobia (acha normal rirem das pessoas por conta de sua orientação sexual). No geral, inclusive, esta foi a alternativa proporcionalmente mais escolhida.

Em relação às manifestações de homofobia cordial (Figura 3), encontramos que os maiores níveis encontram-se em relação à convivência escolar com pessoas ‘trans’ (35%, travestis e transexuais), seguidos de rejeição à idéia de terem um professor gay (16,7%) ou a de que os pais tivessem amigos gays e/ou lésbicas (30,8%).

Figura 3 – Homofobia cordial (em %).



Por fim, vimos que boa parte dos estudantes aceita ter amigos gays/lésbicas, desde que os mesmos não demonstrem ‘sinais’ de homossexualidade.

Os locais mais citados pelos alunos que declararam terem sofrido agressões/discriminações foram a escola, 30 respondentes (14 bissexuais) e a casa com 18 respondentes (9 “outros” e 3 bissexuais). Somente 15 deles disseram ter relatado a amigo(a)s. Ressaltamos que 31 jovens disseram nunca terem relatado essas agressões.

Os dados mostram que os agentes agressores mais freqüentemente reportados por aqueles que se definiram não-heterossexuais são os meninos da escola, 21 (23.6%), seguidos das meninas, 5 (5.6%) e ambos, 4 (4.5%).

Considerações Finais

Vimos como o jovens em contexto escolar estão impregnados e modulados pelo discurso homofóbico de educação dos gêneros. Tal contexto é, portanto, reproduzidor de preconceitos, de estereótipos e sexismo que, no que diz respeito àqueles que não se ‘encaixam’ na heteronormatividade, resultam em sérias vulnerabilidades e riscos.

Assim, nesta pesquisa, evidenciou-se o contexto homofóbico como dispositivo de construção normativa dos gêneros. Isto abre um novo campo de investigações para as Ciências Humanas e, especialmente para a Educação e Psicologia, que em momentos históricos distintos,



trabalharam no reforço deste dispositivo pautados mais nas crenças de serem os gêneros determinados por aspectos biológicos mais do que culturais, o que, de certo modo colaborou contundentemente para o acirramento do preconceito em relação às pessoas que por alguma razão não se conformavam às normatividades de gênero e identidade sexual previstas para o que se considera ser a heterossexualidade. Cremos se tratar de um desafio e uma causa política a ser abraçada na direção de uma sociedade que respeite a igualdade de Direitos (Humanos e Sexuais) e a Cidadania de pessoas ditas ‘não-heterossexuais’ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004). Desafio porque, as identidades de gênero e sexuais não são essências, não são elementos fixos na vida de uma pessoa. A sexualidade é um acontecimento e, ainda que pouco variante ao longo da vida, encontramos elementos que demonstram sua variação.

O contexto homofóbico no espaço escolar demonstrado a partir das crenças e valores que influenciam os/as jovens no que diz respeito ao convívio e aceitação das diversas orientações sexuais e identidades de gênero, não deixa dúvidas quanto à rejeição àquelas que não conseguem se invisibilizar: as/os travestis e as/os transexuais. Além disso, observamos como as pesosas gays e lésbicas parecem ser alvos diferenciados da homofobia comparativamente às pessoas ‘trans’, o que implica em estratégias diferenciadas de torná-las invisíveis no espaço escolar e as lançam em complexos contextos de negação e/ou negociação da visibilidade de suas identidades sexuais (BUTLER, 2003). Tratam-se de pessoas que, nas suas performatividades de gênero, evidenciam terem ultrapassado os limites demarcados às condutas binárias de gênero (PERES, 2009). Entretanto, a questão que se deve colocar é porque sentimos como estando estas pessoas em ‘confusão de gênero’ e não nós? Desde que lugar alguém se sente autorizado(a) a dizer o que é certo/errado ou natural/artifício em relação à sexualidade e aos gêneros?

Mas não é precisamente a existência ou não de uma “verdadeira” identidade homo, hetero ou bissexualidade que está em jogo aqui. Outrossim, o estudo mostra que o invariante foram as discriminações, as violências homofóbicas e as injúrias que são perpetradas no espaço escolar demonstrando a institucionalização da homofobia como dispositivo regulatório da construção social e psicológica dos gêneros e identidades sexuais. A pergunta que resta é: por que ainda precisamos dessa regulação se vivemos em uma época que prescinde das relações sexuais e, conseqüentemente, da suposta prática heterossexual dos envolvidos, para a geração de outros seres humanos? Em uma época onde as desigualdades sociais, a violência, o descaso aos Direitos Humanos nos afetam muito mais do que as práticas sexuais ou o amor entre pessoas de mesmo sexo biológico, por que ainda se privilegia a heterossexualidade como norma de constituição dos laços familiares, por exemplo? O



que ensinaremos e deixaremos aos nossos descendentes se ainda nos apoiamos em preconceitos e dispositivos de regulação de gêneros e sexualidades obsoletos e equivocados, pois que só produzem e reforçam as exclusões?

Bibliografia

- BERTRAND, M. & BOURNOVA, K. (orgs.) (janvier-février). *Revue Française de Psychanalyse. Homosexualités* (Tome LXVII). Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALEIRO, Maria Cristina. Escola e sexualidades: alguns apontamentos para reflexões. Em FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.) *Educação Sexual: em busca de mudanças*. Londrina: UEL, 2009, pp. 153-169.
- CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. Em T. Valdés & J. Olavarría. *Masculinidad/es, poder y crisis* (pp. 31-48). Chile: Flacso, 1997.
- CONNELL, R. W. Masculinities and Globalization. Em *Men and Masculinities*, 1, S. 3-23; s. a. Richard Sennett, *Der flexible Mensch. Die Kultur des neuen Kapitalismus*, Berlin, 1998.
- ÉRIBON, Didier. Ce que l'injure me dit. Quelques remarques sur le racisme et la discrimination. In : *L'homophobie, comment la définir, comment la combattre*. Paris, Éditions ProChoix, 1999.
- GOLIN, Célio; WEILER, Luiz. *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.
- PERES, Wiliam Siqueira. "Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira". Em JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, pp.235-263.
- TAVARES, Liliana Barros. *Deixem que digam, que falem: a homofobia na visão dos formandos de Licenciatura da UFRPE*. (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. 89f :il., quad.
- TIN, Louis George. *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- VIANNA, Cláudia., DINIZ, Débora. Em foco: homofobia nos livros didáticos, um desafio ao silêncio. *Psicologia Política*. VOL. 8. Nº 16 . PP. 305 - 306 . JUL - DEZ 2008.